

TENSIONANDO FEMINISMOS: DESAFIOS À HEGEMONIA FEMINISTA A PARTIR DE MONIQUE PRADA E LETÍCIA NASCIMENTO

INGRID OLIVEIRA DA SILVA¹; MILENA OLIVEIRA COSTA²; BIANCA MEDEIROS DA SILVEIRA³; VALÉRIA CRISTINA CHRISTELLO COIMBRA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – ingrid.oli@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas - enfa.milenaoliveira@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - biancamedeirosdasilveira@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - valeriacoimbra@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o início do movimento feminista, no final do século XIX e começo do século XX, é identificado principalmente pela luta pelo sufrágio e isonomia. No entanto, apesar de correta, essa é uma visão reducionista uma vez que simultaneamente nesse período já eram abordadas pautas de inúmeros grupos de mulheres com reivindicações diversas de cunho jurídico, social e político (ZIRBEL, 2021).

A chamada “segunda onda feminista”, marcada entre os anos 1960 e 1980 sucede os resultados dos primórdios do movimento, principalmente ao que se refere ao direito de mulheres ocuparem espaços de educação. O principal resultado são estudos sobre feminismo propondo novos temas com pautas que questionavam as tradicionais. Ao problematizar questões sobre corpo, sexualidade, violência, colonialismo - o feminismo passa a abranger pautas interseccionais, contudo como observado até os tempos atuais o feminismo não opera de forma universal (ZIRBEL, 2021; RIBEIRO, NOGUEIRA e MAGALHÃES, 2021).

Ao considerar o feminismo como um movimento social abrangente, observa-se que existem diferentes correntes que se posicionam de modo distinto em relação à prostituição (PISCITELLI, 2012). Importa frisar que, mesmo dentro do campo feminista, algumas perspectivas não incorporam as demandas e experiências das trabalhadoras sexuais, reproduzindo discursos de estigmatização e criminalização dessas mulheres (PRADA, 2018).

As vertentes abolicionistas, por sua vez, tendem a tratar a prostituição sob uma lógica tutelar, como se as prostitutas não fossem capazes de falar por si mesmas ou estivessem sempre equivocadas acerca de suas próprias realidades. A crítica a esse olhar não significa romantizar a prostituição, mas compreendê-la como uma atividade marcada pela precariedade, à semelhança de outras formas de trabalho (FEDERICI, 2019).

Assim, torna-se fundamental reconhecer que não é possível construir debates, reflexões ou decisões sobre esse tema sem ampliar a discussão sobre outras perspectivas sobre o feminismo. Portanto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre diferentes conceitos de feminismo a partir das obras *Transfeminismo* (Letícia Nascimento) e *Putafeminista* (Monique Prada), destacando como ambas tensionam a ideia de um feminismo homogêneo e evidenciam as exclusões ainda presentes no debate contemporâneo.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter teórico-reflexivo, desenvolvido a partir da análise das obras *Transfeminismo*, de Letícia Nascimento, e *Putafeminista*, de Monique Prada. O material foi examinado à luz de referenciais críticos interseccionais, considerando gênero, sexualidade, classe social e estigma. As reflexões foram realizadas com o intuito de problematizar as limitações do feminismo hegemônico e discutir perspectivas plurais que incluam trabalhadoras sexuais, sejam elas cisgênero ou transgênero¹.

Este trabalho é articulado ao contexto do projeto de pesquisa intitulado “Visibilizando as Gurias”, que investiga o perfil sociodemográfico, laboral e de saúde das profissionais do sexo em Pelotas - Rio Grande do Sul.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto brasileiro, a aproximação entre prostitutas e feminismo é ainda recente e se desenvolve de forma lenta, sustentada pelo compartilhamento de vivências e pela circulação de saberes. O reconhecimento de algumas prostitutas como feministas, entretanto, é frequentemente visto como uma afronta por setores conservadores do feminismo, razão pela qual muitas mulheres resistem a estabelecer qualquer tipo de identificação ou diálogo com prostitutas (PRADA, 2018).

Na obra *Putafeminismo*, Monique Prada (prostituta, ativista e escritora brasileira) (PRADA, 2018), elabora sobre o termo feminismos (no plural) por não se tratar de um movimento único e universal e destaca diversas vertentes e perspectivas do movimento. Nesse sentido, Prada ressalta o fato de que mesmo na superfície existem muitos pontos de conflito entre esses ideais de forma natural por refletir a diversidade de realidades.

De modo semelhante, Letícia Nascimento (autora brasileira, pedagoga e professora travesti) (NASCIMENTO, 2021) pauta a pluralização do movimento como uma ferramenta de descentralizar o feminismo da “mulher original do feminismo”². Dessa forma, o transfeminismo é operacionalizado com o deslocamento para o conceito de gênero - deixando de operar com ideia de mulher (no singular). Essa descentralização também é fundamentada pela problematização da ideia de que todas mulheres são oprimidas de forma homogênea e universal - passando a conceber que processos de opressão atuam a partir de marcadores e condicionantes sociais. Essa vertente feminista conta com contribuições das experiências de como mulheres transexuais e travestis entendem o feminismo no campo das lutas políticas.

Para ambas autoras, o feminismo radical, ou como Prada (2018) sugere, conservador, atua de forma antagonista. Nascimento (2021) pontua que apesar de serem notáveis os avanços teóricos com conceitos de gênero, o feminismo radical ainda se perfaz com a ideia de que o sexo biológico conteria uma verdade essencial sobre a chamada “natureza feminina” de forma que culturalmente só poderia transpassar, mas nunca reproduzir.

Sob a perspectiva existencialista, sobretudo a partir de Simone de Beauvoir (1949), essa noção essencialista é problematizada. O existencialismo defende

¹Cisgênero é o termo designado para as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento; transgênero são as pessoas não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado (JESUS, 2012).

²“Termo metafórico baseado na ideia sociológica de mito de origem e, assim, ressalta as reivindicações da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra, sem deficiências no século 19 são, de certo modo, o ‘mito fundador’ do feminismo (NASCIMENTO, 2021)”.

que a existência precede a essência, ou seja, não há uma "natureza feminina" dada de antemão; ao contrário, a mulher se constrói em suas experiências concretas. Nessa chave, a tentativa do feminismo radical de fixar a condição feminina em parâmetros biológicos mostra-se limitada, pois desconsidera a dimensão social, histórica e política que conforma as vivências das mulheres, incluindo as trabalhadoras sexuais, cis, travestis e transexuais.

Para Prada, o feminismo radical rotula a prostituição como uma forma de violência contra mulheres e uma aliança com o patriarcado - desconsiderando essa possibilidade laboral. Essa vertente, ao vitimizar as prostitutas, pretende resgatá-las dessa atividade, negando sua autonomia e a capacidade de escolha sendo contra a prostituição, mas a favor das prostitutas. A autora contesta esse argumento ressaltando a inviabilidade de ser a favor de alguém, mas contra suas necessidades reais.

Nesse sentido, a lógica higienista, conforme abordada por Prada (2018), manifesta-se em discursos e políticas que visam, historicamente, a "exterminar prostitutas", empurrando-as para a clandestinidade e para situações cada vez mais precárias e inseguras. Essa lógica se reflete na "higienização" da terminologia, como a tentativa de substituir "prostituição" por "trabalho sexual", que, embora busque o reconhecimento da autonomia das trabalhadoras, é vista como uma medida que não transforma a realidade e gera uma "impressão de falseamento e de academicismo", encontrando resistência até mesmo dentro do movimento de trabalhadoras sexuais.

As políticas abolicionistas da prostituição, impulsionadas por um "ideal higienista" de "resgate", são criticadas por Prada por deslegitimar a autonomia das mulheres e por reforçar deliberadamente o estigma, o que impede o diálogo e a construção de alianças, além de resultar em "grandes prejuízos às mulheres que exercem trabalho sexual", empurrando-as "para a clandestinidade ou mesmo para o cárcere". Assim, esses discursos, longe de protegerem, acabam por reproduzir mecanismos de exclusão e marginalização, aumentando a vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais, uma dinâmica que ecoa a crítica de Letícia Nascimento (2021) sobre a transformação de "valores morais em um falso discurso científico" para justificar a patologização de identidades e a manutenção de ordens cis-heteronormativo.

Monique Prada (2018) e Letícia Nascimento (2021), constroem uma argumentação pela inclusão e reconhecimento de identidades e experiências historicamente marginalizadas. Ambas demonstram como o "CIStema" colonial moderno de gênero e o patriarcado operam para desumanizar e precarizar vidas, e como a luta por autonomia, dignidade e direitos é intrinsecamente ligada à desnaturalização das normas de gênero e à superação do estigma em torno do trabalho sexual.

As obras "Transfeminismo" e "Putafeminista" oferecem perspectivas críticas e complementares sobre gênero, identidade e trabalho sexual, desafiando as narrativas hegemônicas dentro e fora do feminismo. Ambas as autoras, a partir de suas vivências e teorias, advogam por um feminismo mais inclusivo e plural, que reconheça a complexidade das existências marginalizadas.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que tanto Monique Prada quanto Letícia Nascimento apontam para a necessidade de um feminismo que reconheça a diversidade de experiências e rejeite qualquer pretensão universalizante. Ao tensionarem o

essencialismo presente em determinadas vertentes, especialmente no feminismo radical, as autoras ressaltam a importância de incorporar sujeitos historicamente marginalizados, como mulheres transexuais, travestis e trabalhadoras sexuais, ao centro do debate. Nesse sentido, suas reflexões não apenas ampliam o escopo teórico do feminismo, mas também reafirmam seu caráter político enquanto movimento plural, capaz de responder às múltiplas formas de opressão que atravessam a vida das mulheres em contextos distintos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista** Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CO-NCEITOS-E-TERMOS.pdf>.

NASCIMENTO, Leticia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 36, p. 11-31, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X201200020002

PRADA, Monique. *Putafeminismo*. São Paulo: Veneta, 2018.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/85098764/496080-libre.pdf?1651135173=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAs_ondas_feministas.pdf&Expires=1756411870&Signature=Ym-KqYT6Oc~kArNMCyUOVr-kvhVpQMEQopY4-J2uUFw0~FkRWXIJJyboiqLeoaxnnMv3uJQZUuHGpSnUcXHH3DEOEJGX4OSIYGa3TOFC03DveKeF4bDB~jvSEhMBnhuojpSH1esA3AO9UvL5aFg1b4Cts56tmU5W6nNrW0shgQHN3vUD9DyEp6WhD5Li1gdIrujenc2PqRBf~HMcZYtuqzqoJ8SiUOvwzwl-ed9bHuz8PlhcbXcU6fnFy54NvxgRYu0yH432I8-BY-i1O2uJMFfi2qBEcToAZIel2FqepDEcZRheW6UswP3RVBSXU0QSzq0O7kzregkbrExSqRYuEWg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 28 ago. 25.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 28. ago. 25.